

1) Na área das Ciências Sociais, a análise da Política e dos Relações de Poder no âmbito interno de um Estado ou no Sistema Internacional (SI) remonta a uma Tradição de Pensamento Político que se origina na Antiguidade Clássica.

O estágio atual da Ciência Política não pode desconsiderar uma longa Tradição de Pensamento que em sua origem se preocupava em pensar qual deve ser a "pólis" perfeita ou ideal.

Nesse sentido, somente para introduzir a questão, se atualmente a Ciência Política está voltada para uma dimensão empírica e prática da política, com a sua "techné".

No passado, a Filosofia Política se detinha não apenas com o caráter prático da política, mas com os seus fins últimos, com a sua "utopia" política. Uma análise crítica à respeito deste paradoxo contemporâneo foi tratada pelo cientista político Renato Lessa em artigo intitulado "Por que ir de Filosofia Política?".

De um modo geral, a discussão à respeito da política se polariza no decurso dos séculos em dois campos: um realista e outro idealista (conforme destacado pelo cientista político italiano Norberto Bobbio no livro "Estado, Governo e Sociedade").

Detenho-me nesta questão à análise de dois importantes autores pertencentes ao campo realista. Ainda que se possa falar de uma dimensão utópica na obra de Marx (quando o mesmo conjectura uma sociedade em classes), o fato é que o autor alemão busca analisar o capitalismo através de um enfoque realista, com um método de investigação que contrasta os dilemas, paradoxos e desigualdades presentes na sociedade burguesa (materialismo histórico e dialético).

Desta forma, apesar de considerar a importância de uma série de autores, entendo que a obra legada por Marx e

Weber deixaram uma marca ainda presente no debate contemporâneo das Ciências Sociais. Alguns sociólogos atuais chegam inclusive a falar de uma tradição marxista-weberiana e despeto das muitas diferenças entre os respectivos autores.

No concerne à obra de Karl Marx, escrita em grande parte em regime de colaboração contínua com Friedrich Engels, o Estado opera-se como um instrumento (aparato) de dominação à serviço da classe dominante (a burguesia). Nesse sentido, o Estado se caracteriza pela sua forma instrumentalizada visando atender aos desígnios e interesses da burguesia (conforme analisado por Ronald Chilcote).

Partindo de uma tradição hegeliana, Marx e Engels conferiram às classes sociais um certo protagonismo político uma vez que as contradições inerentes à sociedade capitalista serão radicalmente transformadas pela via revolucionária, pelo processo de conscientização do proletariado ("Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o seu ser social que determina a sua consciência"). Desta maneira, a luta de classes foi entendida como "motor da história", cujas contradições só podem ser superadas através do rompimento revolucionário e da conscientização da classe trabalhadora.

Na obra "Ideologia Alemã", Marx e Engels criticaram o idealismo político presente nas ideias de indivíduos pelos jovens hegelianos (Bruno Bauer, Max Stirner, Robert Dühring, dentre outros), sobretudo, por sua visão idealista e utópica à respeito da política. Marx e Engels ressaltaram a importância da práxis política no processo de transformação da realidade social.

Por sua vez, o economista e sociólogo alemão Max Weber



concebem o Estado como uma associação política que detém o monopólio legítimo do uso da força física dentro de um determinado território. A política, no olhar weberiano, assume como marca constitutiva a existência de uma relação desigual de poder que se mantém através da violência exercida de forma legal e institucionalizada pelo Estado.

O modo inovador de tratamento da política, das relações de poder e de Estado ao introduzir temas como burocracia, legalidade e racionalidade legaram a Weber um papel de destaque nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Administração Pública.

2) A partir das considerações feitas na questão anterior a respeito das obras de Marx e Weber no que concerne à discussão sobre poder, política e Estado, eu discutirei os dilemas e desejos do sistema político brasileiro tomando como referência particular o processo de impeachment do presidente Dilma Rousseff (PT) e de criminalização do ex-presidente Lula encomendada pelo Ministério Público Federal, pela Operação Lava-Jato e que contou com a estreita colaboração de instâncias superiores do Judiciário, dos grandes veículos de comunicação e de setores das classes média e alta da sociedade.

Decorrido três mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições presidenciais de 2014 foram marcadas pela radicalização no cenário político e pela consequente vitória eleitoral do candidato petista sobre o adversário Luciano Aécio Neves (PSDB). Apesar de não existir nenhuma prova que colocasse em xeque a credibilidade do pleito eleitoral, o adversário derrotado não aceita o resultado

das eleições e iniciou um processo de desestabilização do governo petista. É preciso deixar claro que esta desestabilização só foi possível por uma série de fatores: conquista de uma base parlamentar que não dava o espaço necessário para os principais desajustes do novo governo; política de alianças que não ~~coloca em evidência~~ prioriza os interesses de classe mas a conveniência eleitoral; o reconhecimento de setores da classe média e da elite; a propaganda midiática intensificada antes do início do segundo mandato da presidente; e judicialização da política operacionalizada pela Operação Lava-Jato, pelo juiz Sérgio Moro, por setores do Ministério Público Federal e pela flagrante omissão do Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outros.

No decorrer do processo que levou ao impedimento da presidente eleita de forma democrática pela maioria da população brasileira, o debate girou em torno da legalidade das ações do agente público, no caso específico, a presidente da República. De acordo com Weber, os atos de um servidor público devem ser pautados pela licitude de suas ações na condução da coisa pública.

A legalidade das ações do agente público devem se caracterizar tanto pela racionalidade quanto pela observância em relação às normas, regras e leis.

Segundo a acusação, a presidente teria cometido um crime de responsabilidade fiscal o que ficou conhecido como "pedalada fiscal". Por não contar com uma maioria parlamentar, a presidente acabou sendo impedida de governar após um intenso debate que polarizou a sociedade brasileira entre aqueles que defendem a legalidade do processo de impeachment (Weber como

reflexão), e de outros que denunciaram o impeachment como uma passe político-jurídica, ou como um "golpe de Estado" patrocinado por agentes da classe dominante (Marx como perspectiva de reflexão).

Tanto no caso envolvendo o processo de impeachment/golpe perpetrado contra a ex-presidente Dilma Rousseff quanto a condenação do (também) ex-presidente petista Lula podem ser usadas como base explicativa para a legalidade das ações dos agentes públicos (que nestes casos "teriam" cometido crimes), e pode-se ressaltar o caráter classista assumido por membros do Judiciário e das demais instâncias de poder.

De todo modo, a forma como se conduziu a aliança do Partido dos Trabalhadores com outros setores da sociedade brasileira também deve ser alvo de questionamento político por priorizar a governabilidade a todo custo, e política de alianças em detrimento de uma política que priorize a luta por direitos da classe trabalhadora.

### 3) Plano de Aula

Disciplina: Sociologia

Tempo de Duração: 1 hora e 40 minutos (2 tempos)

Conteúdo Programático: Poder, política e Estado

Público-alvo: 1º Ano do Ensino Médio

Objetivo: Possibilitar uma compreensão sobre o surgimento da Democracia na Grécia Antiga; conhecer a obra do pensador



grego Aristóteles, especialmente, da obra "Política"; saber classificar as formas de Governo (Aristóteles); e analisar criticamente o sistema político atual à luz das questões discutidas em sala de aula.

Metodologia: Apresentação do tema de forma dialógica e fim de facilitar a participação do corpo discente; utilização de situações cotidianas de política para introduzir o debate de forma didática (uma capa de jornal ou revista que aborde o tema corrupção); apresentação e revisão do conteúdo através de uma lista de Exercícios.

Recursos Didáticos: Quadro Branco, apresentação de slides em formato Powerpoint, capa de jornal e lista de exercícios.

Recorte Temático e Relevância: Na Antiguidade Clássica, o filósofo grego Aristóteles redigiu um conjunto de livros (textos) que se dedicava à análise da política e das relações de poder. Esses textos foram agrupados em uma única obra que levou o título de "Política" referindo-se, deste modo, ao exercício de poder no que circunscreve à pólis (cidade-estado). Interessante destacar que nesta obra, Aristóteles define "o homem como um animal político", ou seja, um animal dotado de razão que se define pela condição básica de fazer política, de agir em sociedade tendo em vista um determinado fim.

Outro ponto a ser mencionado consiste na classificação das formas de governo a partir de dois critérios elementares: 1º) o número de governantes; e 2º) o caráter virtuoso de um determinado governo.

Assim sendo, quando o poder é exercido de forma

virtuosa por um único homem tendo em vista o bem geral da sociedade estamos diante de uma monarquia. Quando este mesmo homem exerce o poder de forma degenerada, desconsiderando o bem geral da pátria, em benefício próprio, estamos diante de uma forma tirânica de governo.

Por outro lado, quando o poder é exercido não por um, mas por um conjunto de governantes, podemos estar diante de uma aristocracia ou de uma oligarquia.

Se um grupo de governantes exerce o poder visando o bem coletivo, de toda a população (forma virtuosa de governo), trata-se, então, de uma aristocracia. Por sua vez, se os mesmos governantes exercem o poder de forma degenerada desconsiderando o bem geral, a forma de governo em questão é uma oligarquia. Em contrapartida, quando o demos (povo) exerce diretamente o poder, o governo também pode ser classificado de duas formas: politeia (virtuosa) e democracia (degenerada).

Na história do Pensamento Político, diversos filósofos e pensadores políticos estabeleceram novas classificações e definições à respeito das Formas de Governo e de Estado.